

Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA): percepção de agricultores e coagricultores

Community Supported Agriculture (CSA): perception of farmers and co-farmers

Agricultura Sostenida por la Comunidad (ASC): percepción de los agricultores y coagricultores

Edimar dos Santos de Sousa Junior¹

Ana Maria Resende Junqueira¹

Maria Júlia Pantoja¹

Rúbia Nara Rinaldi Leão de Sousa¹

Recebido em: 18/06/2021; revisado e aprovado em: 28/01/2023; aceito em: 09/02/2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v24i2.3403>

Resumo: Expandem-se pelo mundo as redes alternativas de alimentos, como grupos solidários de compras, mercados de agricultores e, particularmente, as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA). Em uma CSA tradicional, os consumidores aderem a uma cota da CSA e concordam em pagar uma quantia que financie a produção agrícola e, em contrapartida, os agricultores entregam produtos, como hortaliças, frutas, entre outros, aos consumidores. Os riscos de produção são transferidos dos produtores para os membros da comunidade. O objetivo deste estudo foi caracterizar as CSAs no Distrito Federal, Brasil, e avaliar os impactos desses novos arranjos de produção e comercialização sob o ponto de vista dos agricultores e coagricultores. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, em amostra com 14 CSAs e 34 coagricultores, a partir de roteiro semiestruturado, composto por seis dimensões: Estrutura Organizacional; Cultura de Organização do Trabalho; Comunicação; Socioambiental; Logística; e Economia. Os resultados mais relevantes foram: para os agricultores – segurança, planejamento, estabilidade e independência financeira da atividade; adoção de métodos de agricultura orgânica; aumento da qualidade e diversidade do produto; melhoria na qualidade de vida; reconhecimento e valorização do trabalho rural; treinamento e adoção de práticas preservacionistas. Para os coagricultores – aumento da consciência socioambiental; preocupação com a saúde; conhecimento de novos produtos agrícolas e novos usos; redução de resíduos; empatia e racionalidade. Para a sociedade, esse novo arranjo de produção e distribuição de alimentos é positivo em diversos aspectos, principalmente devido ao aumento da conscientização ambiental, à diminuição do desperdício, à valorização da atividade rural e a uma maior autonomia financeira dos agricultores, o que pode auxiliar na redução da pobreza no campo.

Palavras-chave: produção local; compartilhamento de riscos; agricultura sustentável; cadeias curtas, CSA.

Abstract: Alternative food networks are expanding across the world, such as Solidarity Purchasing groups, Farmers' Markets and, particularly, Community Supported Agriculture (CSA). In a traditional CSA model, the consumers subscribe to a CSA quota and agree to pay an amount to finance agricultural production, and, on the other hand, farmers deliver products such as vegetable and fruits to consumers. The production risks are transferred from producers to the community members. The aim of this study was to characterize the CSA in Federal District, Brazil, and evaluate the impacts of these new production and marketing arrangements under the farmers and co-farmers point of view. Data collection was carried out through interviews in a sample with 14 CSA and 34 co-farmers with the support of a semi-structured script, composed of six dimensions: Organizational Structure; Culture of Work Organization; Communication; Socio-Environment; Logistics; and Economics. The most relevant results were: for farmers – security, planning, stability, and financial independence of the activity; adoption of organic farming methods; increase in product quality and diversity; improvement in quality of life; recognition and appreciation of rural work; training and adoption of preservationist practices. For co-farmers – increasing social and environmental awareness; increased health care; knowledge of new agricultural products and new uses; reduction of waste; empathy and rationality. For society, this new arrangement of food production and distribution is positive in several aspects, mainly due to the increase in environmental awareness, the valorization of rural activity and greater financial autonomy for farmers, which can help in poverty reduction.

Keywords: local production; risk sharing; sustainable agriculture; short chains; CSA.

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.



Resumen: Las redes alternativas de alimentos se están expandiendo en todo el mundo, en forma de grupos solidarios de compras, mercados de agricultores y, en particular, la Agricultura Sostenida por la Comunidad (ASC). En una ASC tradicional, los consumidores anticipan una cantidad fija de dinero para financiar la producción agrícola y, a cambio de estos anticipos, los agricultores van enviando productos, como verduras, frutas, entre otros, a los consumidores. Los riesgos de producción se transfieren de los productores a los miembros de la comunidad. El objetivo de este estudio fue caracterizar las ASC en el Distrito Federal, Brasil, y evaluar los impactos de estos nuevos arreglos de producción y comercialización desde el punto de vista de los agricultores y coagricultores. La recolección de datos se llevó a cabo a través de entrevistas semiestructuradas de muestra con 14 ASC y 34 coagricultores y fue compuesta por seis dimensiones: Estructura Organizacional; Cultura de Organización del Trabajo; Comunicación; Socioambiental; Logística; y Economía. Los resultados más relevantes fueron: para los agricultores: seguridad, planificación, estabilidad e independencia financiera de la actividad; adopción de métodos de agricultura orgánica; aumento de la calidad y diversidad de los productos; mejora de la calidad de vida; reconocimiento y valoración del trabajo rural; formación y adopción de prácticas conservacionistas. Para los coagricultores: mayor conciencia socioambiental; preocupación por la salud; conocimiento de nuevos productos agrícolas y nuevos usos; reducción de desperdicios; empatía y racionalidad. Para la sociedad, este nuevo ordenamiento de producción y distribución de alimentos es positivo en varios aspectos, principalmente por el aumento de la conciencia ambiental, la reducción de residuos, la valorización de la actividad rural y una mayor autonomía financiera de los agricultores, lo que puede ayudar a reducción de la pobreza.

Palabras clave: producción local; distribución de riesgos; agricultura sostenible; cadenas cortas; CSA.

1 INTRODUÇÃO

O número de consumidores que está se associando a produtores com o propósito de implementar redes alimentares alternativas (*alternative food networks* [AFNs]) tem crescido no mundo (CEMBALO *et al.*, 2015; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Acredita-se que diversos são os elementos responsáveis pela expansão dessas redes, dentre os quais, o sentimento de insegurança alimentar, causado pelo uso excessivo de agrotóxicos, e os crescentes impactos negativos ao meio ambiente, com o uso desta tecnologia, a desvalorização e marginalização das atividades realizadas no campo pelos pequenos agricultores, além das questões ligadas às dificuldades de escoamento da produção de alimentos, o que gera perdas quantitativas e qualitativas.

As redes assumem distintos formatos organizacionais, como as hortas comunitárias, os grupos solidários de compras, os mercados de agricultores e, mais notadamente, as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), que se originaram na Ásia e na Europa e, rapidamente, espalharam-se pelo mundo.

Sob o prisma do desenvolvimento rural, as redes alimentares são consideradas sistemas alimentares que permitem a construção de um relacionamento consumidor-agricultor, provando serem benéficas para o bem-estar das comunidades rurais e urbanas, apoiando a agricultura tradicional e de pequena escala (ILBERY; MAYE, 2005). Neste caso, as redes se contrapõem aos sistemas agroindustriais tradicionais e globalizados, uma vez que, nos mecanismos de governança das redes alternativas, o enraizamento social (valores, crenças e normas) e o desempenho econômico estão fortemente inter-relacionados (ROEP; WISKERKE, 2012).

No trabalho, é utilizada a perspectiva da rede alimentar alternativa como sendo uma organização baseada na cooperação entre produtores e consumidores, onde são abordadas, especificamente, as CSAs do Distrito Federal (DF).

Por meio da análise de conteúdo de entrevistas realizadas em CSAs no DF, este artigo tem por objetivo caracterizar as CSAs no Distrito Federal e avaliar os impactos dos novos arranjos de produção e distribuição de produtos agrícolas nos atores envolvidos. Principalmente, busca-se

compreender a percepção de agricultores e coagricultores sobre o funcionamento das CSAs e verificar as mudanças ocorridas na vida dos integrantes das comunidades, bem como nas relações entre agricultores e coagricultores e nas dinâmicas de produção e consumo.

1.1 O conceito de CSA e sua importância

Em um modelo tradicional de CSA, um produtor ou um grupo de produtores e um grupo comprometido de consumidores criam uma rede local de fornecimento de alimentos. Os consumidores aderem a uma cota da CSA e concordam em pagar uma quantia que financie a produção agrícola. Em contrapartida, os agricultores entregam semanalmente os alimentos produzidos aos consumidores. Além disso, os imprevistos ocorridos ao longo do processo produtivo são arcados pelos consumidores da CSA (DIEKMANN; THEUVSEN, 2019).

O conceito de CSA é aplicado a uma gama de iniciativas nas quais as comunidades estão mais intimamente ligadas à produção de seus alimentos, fornecendo não apenas remuneração em dinheiro, mas também suporte aos produtores em todas as etapas do processo de produção e escoamento. Definições de CSA tendem a se referir a benefícios mútuos ou compartilhamento de riscos, recompensas e responsabilidades pela produção, sendo importante observar que tais definições evitam especificar a natureza da parceira (SALTMARSH; MELDRUM; LONGHURST, 2011). Porém, pode-se afirmar que CSAs “tradicionais” relacionam-se ao interesse do consumidor em ingerir produtos frescos, livres de fertilizantes sintéticos altamente solúveis e agrotóxicos. Os consumidores, que, neste modelo, são identificados como coagricultores, passam a conhecer de onde vêm seus alimentos, como são cultivados e quem os produz, estabelecendo-se, assim, uma conexão entre os produtores e os membros da comunidade.

A dinâmica proposta pelas CSAs relaciona-se estreitamente ao apontado por Pascucci *et al.* (2016), os quais entendem que, do ponto de vista teórico, as AFNs têm sido analisadas prioritariamente a partir de três vertentes: o consumo ético, o desenvolvimento rural e a perspectiva organizacional ou da cadeia de suprimentos.

Com relação ao consumo ético, tais redes são consideradas dispositivos sociais que promovem a conscientização dos consumidores para a compra de produtos cultivados localmente, reduzindo, assim, os impactos ambientais, como as emissões de efeito estufa, preservando a biodiversidade e apoiando comunidades rurais (CHERRIER, 2007; HARRISON; NEWHOLM; SHAW, 2005). Participar de uma rede alimentar alternativa é considerado um ato ético de consumo, uma vez que os consumidores buscam por valores adicionais nos alimentos, não materiais, valorizando os atributos sociais, ambientais e políticos, além dos valores materiais atrelados aos produtos. Acredita-se que consumidores preocupados com os valores não materiais são mais propensos a participar de redes alternativas (PASCUCCI *et al.*, 2016).

Sob a ótica organizacional ou de cadeia de suprimentos, as AFNs são tratadas como um novo mecanismo de coordenação vertical entre atores da cadeia ou cadeias curtas, criadas a partir da cooperação e confiança de seus participantes, em que conseguem, por exemplo, a redução dos custos de transação (PASCUCCI, 2010). Para Marsden, Banks e Bristow (2000), uma das características mais importantes de um circuito curto ou cadeia curta é o fato de um produto chegar às mãos do consumidor com informações que lhe permitam saber onde o produto foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção).

Pela conformação organizacional atrelada a aprendizagem e ajuda mútua, entre agricultores e co-agricultores, na busca por uma produção e consumo de alimentos ambientalmente seguros,

a prática do 'preço justo' e estímulo às atividades da agricultura familiar, as CSA's contribuem para um desenvolvimento sustentável, que segundo Sachs (2002) é capaz de ser alcançado por meio da promoção de medidas que sejam viáveis economicamente, tenham responsabilidades social e ambiental.

Pode-se dizer que a CSA se corrobora, em diversas partes, com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – 2 (ODS-2), o qual tem em sua formulação o acesso das pessoas a alimentos que sejam nutritivos e seguros, o aumento da produção agrícola e da renda dos produtores, além da promoção de sistemas de produção sustentáveis, e o acesso à distribuição de alimentos, em que se incluem mercados alternativos e cadeias curtas de abastecimento (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD], 2021).

1.2 AS CSAS RUMO AO DISTRITO FEDERAL

As CSAs têm origem um pouco controversa. A literatura aponta que elas surgiram de maneira relativamente simultânea e independente no Japão e na Europa, no decorrer do século 20. No Japão, o movimento teria surgido a partir dos princípios do movimento Teikei, em 1978, com o objetivo de garantir e manter as atividades agrícolas e obter alimentos mais “limpos” e de qualidade. Tais princípios reforçam aspectos que hoje representam a base ideológica das CSAs: o estímulo ao aprofundamento das relações, do esforço colaborativo, ao compartilhamento do conhecimento e dos riscos, ao planejamento da produção e do aceite prévio desta produção pelo consumidor, mitigando os impactos ambientais (ECKERT, 2016).

Ao mesmo tempo que o movimento Teikei surgia no Japão, diversas iniciativas semelhantes começaram a se organizar na Europa, tendo como fundamentos as ideias do filósofo austríaco Rudolf Steiner, que, em 1920, criou as bases da agricultura biodinâmica, disseminada após a Segunda Guerra Mundial, especificamente, entre as décadas de 1950 e 1970 (MCFADDEN, 2004).

Mesmo com todas as divergências sobre suas origens, os princípios e as ideologia da CSA se espalharam rapidamente por vários países da Europa e, em 1986, o movimento alcançou os Estados Unidos da América (EUA), onde teve rápido e expressivo crescimento.

No Brasil, os fundamentos que norteiam as CSAs foram semeados nos anos 1990, em Fortaleza, CE, por meio da iniciativa do engenheiro agrônomo brasileiro Richard Charity, que criou a Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (ADAO), inspirado nos princípios da CSA utilizados na Europa. Apesar do empreendimento não ter prosperado, seus ideais serviram de base para muitas discussões e articulações que vieram na sequência. Assim, por intermédio do alemão Hermann Pohlmann, que trouxe experiências como membro e coagricultor de CSA em seu país de origem, a primeira CSA foi criada, efetivamente, no bairro agrícola Demétria, localizado no município de Botucatu, SP, com o agricultor Marcelo Veríssimo da Costa. A partir daquele momento, muitas pessoas começaram a colaborar com a iniciativa para que a CSA Demétria conseguisse ganhar força e se estabelecer (MOLINA; SANTOS; FIGUEIREDO, 2017). A CSA Brasil (2022) considera que, sem a união das pessoas, essa iniciativa não teria sido bem-sucedida, pois a CSA tem que ser entendida como uma iniciativa coletiva, ou seja, a base está na comunidade formada. A ideia pode partir de um indivíduo, mas precisa dos outros membros da comunidade para que se torne realidade.

Atualmente, o movimento das CSAs no Brasil está acelerado e apresenta próspera expansão, contando com iniciativas nos diversos estados da Federação. Como citado por Martins (2017),

embora não se tenha o número de CSAs existentes no país, observa-se uma crescente adesão por essa prática de produção e escoamento, que estimula a valorização e permanência do homem no campo, promove o acesso a produtos orgânicos e possibilita maior interação entre os atores envolvidos e o ecossistema.

As ideias seminais sobre CSA no Distrito Federal aconteceram em 2012, a partir de experiências entre amigos permacultores na Chácara Toca da Coruja, onde eram desenvolvidos plantios e encontros para diálogos sobre como poderia ser implantada uma CSA em Brasília. Porém, as primeiras CSAs formalmente constituídas surgiram apenas em março de 2015, quando ocorreu a formação das CSA Barbetta e Toca da Coruja (CSA BRASÍLIA, 2020).

A partir desta data, rapidamente o Distrito Federal ganhou visibilidade e está se tornando uma das referências sobre organizações de CSAs no Brasil, não somente pela rapidez com que as ideias têm sido disseminadas, mas pela coesão das comunidades associativas.

Em 2020, o Distrito Federal contava com 35 CSAs formalizadas, promovendo a produção de alimentos seguros e mais saudáveis, como também a integração e interação entre todos os atores envolvidos, além de uma transformação e reeducação sobre consumo, economia e escoamento de produção, caminhando, como afirmam suas primeiras idealizadoras no DF, no contrafluxo do “preço” e cultivando o “apreço” (CSA BRASÍLIA, 2020).

2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Do ponto de vista metodológico, o estudo utilizou abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com o propósito de entender e investigar a dinâmica e as relações desenvolvidas pelos agricultores familiares e as comunidades do seu entorno. A partir das interações estabelecidas nas CSAs, buscou-se identificar os principais entraves e as medidas necessárias para o desenvolvimento dessa prática associativa entre agricultores e consumidores.

O processo de identificação dos agricultores e consumidores foi feito nas visitas às CSAs, sendo que, para o cumprimento dos objetivos do trabalho, utilizou-se pesquisa bibliográfica e coleta de dados primários com o auxílio de entrevistas apoiadas por roteiros semiestruturados. O período da coleta de dados foi de 18/09 e 30/11 de 2019, resultando em entrevistas com agricultores que representam 14 CSAs e 34 entrevistas com coagricultores de CSAs. Cabe ressaltar que houve a tentativa de contato com as 35 CSAs. No entanto, houve a aceitação de participação na pesquisa de 14 CSAs que compõem este estudo.

Os roteiros utilizados para a entrevista foram subdivididos em seis dimensões, em que se buscou compreender: a) a estrutura da CSA ou de que forma ela se organiza; b) a cultura da organização ou como ocorre o processo decisório e a interação entre os membros do grupo; c) o fluxo de informações dentro da CSA, entre seus integrantes e entre as CSAs; d) a percepção de como são planejadas e executadas as ações socioambientais; e) os aspectos logísticos envolvidos na cadeia; e f) quais mudanças econômicas e sociais ocorreram na vida de seus integrantes a partir do ingresso nessa nova configuração de economia associativa.

Destaca-se que os dois roteiros de entrevista utilizados, para os agricultores e coagricultores, possuem abordagens similares. No entanto, contêm perguntas distintas, considerando o público-alvo na busca da percepção dos dois grupos de entrevistados. Realizou-se um pré-teste (validação), para garantir a validade das variáveis analisadas e assegurar a clareza, objetividade e facilidade de entendimento das perguntas pelos entrevistados. A partir dos resultados do pré-

teste, as sugestões e os apontamentos foram assimilados e novos roteiros foram elaborados e aplicados nos locais de entrega das cestas de produtos (identificados no DF como “pontos de convivência”) das CSAs.

Na sequência, os dados foram analisados com apoio da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979), por meio de procedimentos, sistemáticos e objetivos, e de descrição do conteúdo das mensagens, identificação de indicadores que permitem a comprovação e conclusão de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. Os dados foram transcritos para o Word Microsoft Office® e transferidos para o *software* IraMuteQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), em que foi processada a análise de conteúdo, conforme Salviati (2017).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente tópico, são abordadas as observações acerca das respostas dos agricultores e dos coagricultores a partir da análise lexical, destacando-se os principais resultados em cada uma das dimensões do estudo.

É importante ressaltar que o envolvimento em CSAs usualmente vai além de simplesmente pagar uma cota e receber uma cesta de produtos. Para Hayden e Buck (2012), é por meio da relação de proximidade estabelecida entre o agricultor familiar e os coagricultores que a adesão e o envolvimento se tornam possíveis, mesmo que, em alguns casos, o coagricultor assimile um custo mais alto e tenha menor controle sobre a variedade e quantidade dos alimentos que vai receber.

Assim, com este estudo, por meio da observação *in loco* do envolvimento dos agricultores e coagricultores na dinâmica das CSAs, foi possível identificar a percepção desses atores sobre os impactos sociais e econômicos que se dão nos diferentes arranjos escolhidos, bem como gerar informações inéditas e contribuir com a construção e consolidação de iniciativas que promovam o fortalecimento do segmento de produtores familiares na região.

3.1 A estrutura organizacional das CSAs

A primeira dimensão, estrutura organizacional, reflete a visão dos produtores e dos coagricultores em relação à maneira com que o trabalho é organizado, distribuído e coordenado. Foram avaliados os seguintes aspectos: rotatividade/alternância de gestão, acompanhamento da produção, planejamento da produção, desenho da paisagem da propriedade após CSA, definição dos alimentos a serem cultivados e a existência de certificação orgânica.

Observou-se que existem mecanismos de rotatividade/alternância entre algumas funções de gestão das CSAs, o que ocorre com a formação de comissões/grupos de trabalho, pelos quais os coagricultores se organizam para auxiliar os agricultores em diferentes atividades. No entanto, uma característica marcante nas CSAs do DF é a centralização de atividades nos agricultores, os quais acreditam que a participação dos coagricultores deve ser espontânea, ou seja, com liberdade para auxiliar o grupo da maneira que for possível e desejável, em vez da obrigatoriedade da atribuição de tarefas.

As atividades em que se observa maior engajamento dos coagricultores referem-se ao controle financeiro e à comunicação. O agricultor é auxiliado com o acompanhamento do pagamento das cotas pelos coagricultores; e, com relação à comunicação, alguns coagricultores

criam uma comissão que faz a divulgação das informações dentro do grupo e se responsabiliza pelo acolhimento, que é a função de recepcionar novos ingressantes e orientá-los sobre o funcionamento e os princípios seguidos pela CSA. No que se refere à dinâmica de trabalho no ponto de convivência, os coagricultores auxiliam os produtores se revezando na entrega das cestas de alimentos no ponto de convivência, o que, em algumas CSAs, ocorre de maneira voluntária, por meio de uma escala elaborada pelos coagricultores.

Oliveira, Pereira e Calbino (2019) observaram em suas pesquisas sobre CSAs, no DF, o baixo envolvimento dos coagricultores nas atividades de gestão, resultando em sobrecarga para um pequeno grupo. Outros estudos sobre CSAs nos EUA, na Bélgica e no Brasil, de maneira similar, relataram a dificuldade em promover a participação ativa dos coagricultores, os quais realizam apenas o pagamento da cota mensal (HAYDEN; BUCK, 2012; MELO; CALBINO; FREITAS, 2018).

Da mesma forma, o acompanhamento da produção pelos coagricultores nas CSAs não é muito praticado, ocorrendo em algumas visitas pré-agendadas às propriedades, ocasião em que são promovidos eventos de integração e mutirões para prática de atividades de plantio, tratos culturais, limpeza de áreas e colheita.

Outro aspecto avaliado diz respeito à existência de contrato formal para fazer parte da comunidade, que, na amostra estudada, não foi observado. Verificou-se apenas a utilização de um termo de compromisso para a permanência no grupo por, pelo menos, um ciclo completo. Os coagricultores relataram que tal termo de compromisso não possui peso jurídico, funcionando mais como uma forma de controle, e que, ao ingressar em uma CSA, o coagricultor deve inicialmente conhecer os fundamentos e princípios do movimento, para que assim compreenda que não se trata de um mero grupo de consumo.

Um dos elementos que mais impacta a vida dos produtores ao fazer parte de uma CSA é o planejamento da produção, que é alterado de forma significativa a partir do momento em que formaram uma CSA, pois sentem a necessidade de diversificar e aumentar seus cultivos. Tais modificações induzem ao redesenho das propriedades, na busca da otimização do uso do espaço, com uma maior diversificação das espécies vegetais cultivadas.

No que tange à produção, verificou-se que, em algumas CSAs, são feitas pesquisas de opinião com os coagricultores, a cada ciclo, buscando identificar quais alimentos gostariam de consumir, enquanto outras coletam informações por meio de um formulário de adesão preenchido pelos ingressantes ao grupo. Algumas CSAs buscam seguir um calendário de plantio, construído com o auxílio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), ou o calendário de cultivo biodinâmico.

Apesar de não ser obrigatória, a certificação orgânica se sobressaiu na amostra estudada, sendo que quase todas as CSAs têm ou já possuíram certificação orgânica. Das 14 CSAs visitadas, nove afirmaram ter a certificação participativa, feita via Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), duas têm o selo de produtos orgânicos via certificação por auditoria – Certificadora, sendo citada a certificadora Instituto Biodinâmico (IBD), e outras três não têm ainda a certificação, embora uma das CSAs já tenha tido e afirmou que está organizando seu processo para voltar a tê-la. Os produtores entendem que a certificação garante mais credibilidade à produção, muito embora o coagricultor possa verificar o processo produtivo *in loco*, atestando por si o não uso de produtos químicos.

Com relação às percepções dos coagricultores, merecem destaque as considerações acerca da cota, julgada mais do que satisfatória, levando-se em conta a diversidade e quantidade

de produtos ofertados nas CSAs de Brasília. Observou-se também, em alguns relatos, que os coagricultores percebem que a cota tem a função de melhorar a qualidade de vida dos agricultores, mantê-los nas atividades, o que é um aspecto recorrente nos estudos sobre CSAs.

Acerca da inadimplência, apesar do pouco conhecimento relatado pelos coagricultores, as CSAs utilizam-se de um fundo de reserva, para que o coagricultor busque se organizar financeiramente e não tenha que se retirar do grupo, com o compromisso de repor o recurso utilizado. Torres (2017, p. 89), da mesma forma que no presente trabalho, constatou que casos de inadimplência “tendem a ser tratados de forma solidária, enfatizando o apoio mútuo para se resolver situações economicamente sensíveis”.

3.2 A cultura de organização do trabalho nas CSAs

A segunda dimensão avaliada refere-se à cultura de organização do trabalho e objetivou, especificamente, compreender como as ações são praticadas e decididas pelos grupos, como ocorre a condução do processo produtivo, a exemplo de como são tomadas as decisões sobre a escolha dos alimentos a serem cultivados, bem como sobre a compra e o transporte de insumos para a produção, além de mensurar de que maneira a CSA impactou o ritmo de trabalho dos produtores.

Com relação às decisões acerca do processo produtivo, foi possível perceber que estas são definidas pelos produtores, que comunicam aos coagricultores caso haja problemas com equipamentos ou produção insuficiente. Porém, é interessante evidenciar que foi mencionado no estudo o compartilhamento dos prejuízos, se necessário. Para as comunidades, uma das melhores formas de se conduzir esta situação é a criação do fundo de reserva, já mencionado anteriormente, que pode ser utilizado quando houver imprevistos. Torres (2017), em sua pesquisa, também ressalta a relevância deste mecanismo, que é uma prática incentivada inclusive nos cursos de formação de CSAs.

Sobre este aspecto, Penereiro e Silva (2018) destacam a importância de estimular a interação dos coagricultores com o processo produtivo, e, em seu estudo, as autoras apresentam a experiência da CSA Aldeia do Altiplano, localizada no DF, em que foi constatado que, desde o momento em que os coagricultores se envolveram em atividades que os aproximaram do processo produtivo, como os mutirões e as colheitas, passaram a ter maior compreensão quando ocorrem problemas, articulando-se e assumindo junto aos produtores a resolução dos problemas.

No caso de produção insuficiente, geralmente os produtores complementam a produção por meio de parcerias e trocas com agricultores nas proximidades. Ganha destaque a parceria estimulada pela Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu (APROSPERA), a qual tem como associados agricultores de 12 CSAs do Distrito Federal. Segundo os agricultores, a APROSPERA é uma associação que tem desempenhado papel relevante na difusão dos preceitos que norteiam o movimento e tem contribuído de maneira significativa para a disseminação e o fortalecimento da agricultura de base ecológica via CSAs, no DF.

Assim como observado na presente pesquisa, Penereiro e Silva (2018) relatam que a estratégia de efetuar trocas de alimentos entre CSAs, sem a preocupação com a diferenciação de preços entre os produtos, agrega um mecanismo de resiliência ao movimento, orientado pela diversidade de alimentos de qualidade e pela promoção de apoio mútuo entre membros das CSAs.

Com relação ao ritmo de trabalho, este aumentou muito para todos os agricultores. Entretanto, eles evidenciaram que, mesmo trabalhando mais, adquiriram maior liberdade e

independência nas relações de trabalho via CSA, pois, ao terem um planejamento de sua produção, conseguem definir seus horários de trabalho.

Ao se comentar a organização do trabalho, é importante destacar que, mesmo sem participar diretamente do processo produtivo, os coagricultores estão cientes de como este ocorre, das dificuldades que os produtores enfrentam e da importância de não demandar produtos específicos, respeitando as sazonalidades dos alimentos. Da mesma forma, entendem que o agricultor deve ter liberdade e autonomia para decidir e executar tais atividades, e, desta forma, ter controle sobre seu trabalho. No entanto, afirmam que todos os gastos são apresentados na prestação de contas feita ao final de cada ciclo de cultivo.

Finalmente, é importante mencionar que os coagricultores são convidados a participar das etapas do processo produtivo, a fazerem visitas, a terem maior envolvimento com a propriedade e os processos, porém isso ainda é incipiente. De qualquer forma, os coagricultores reconhecem que deveriam ter maior participação nas atividades, pois este é um dos princípios universais norteadores das CSAs.

3.3 A comunicação nas CSAs

A dimensão comunicação buscou mensurar as formas de interações entre os agricultores e os coagricultores, compreender como ambos os grupos tomaram conhecimento sobre o movimento e de que maneira ocorre a comunicação dentro e entre as comunidades.

Segundo os relatos, o contato dos produtores com o movimento ocorreu principalmente a partir de conversas com amigos e vizinhos que participam ou participavam do movimento, muitos deles, vinculados à associação APROSPERA, mencionada anteriormente. Da mesma forma, apesar do contato entre os agricultores de diferentes CSAs ter sido apontado como de pouca regularidade, os agricultores que fazem parte da APROSPERA demonstraram ter um contato mais estreito, tanto pelas reuniões ocorridas na associação quanto pela proximidade geográfica, visto que todas essas CSAs têm suas propriedades no mesmo assentamento de reforma agrária.

A comunicação entre os produtores e os coagricultores ocorre principalmente nos pontos de convivência, onde são retiradas as cestas, em redes sociais e aplicativos de comunicação, com destaque para o WhatsApp, em que são feitos anúncios, informes e a troca de ideias entre os integrantes do grupo.

Os pontos de convivência se mostraram como o elemento-chave na comunicação e integração entre os produtores e coagricultores, os quais não devem ser considerados apenas um ponto de entrega de produtos, mas também o principal ambiente de socialização entre os membros de uma CSA.

Sobre a questão da integração, também foram mencionados os encontros nas propriedades dos produtores, oportunidade em que são visitados os locais de cultivo e promovidos mutirões, nos quais os coagricultores participam das atividades agrícolas, como plantio, colheita e práticas de manejo. Os produtores mencionaram que essa interação com os membros de sua CSA é fundamental, pois possibilita a real percepção sobre as dificuldades enfrentadas em seu dia a dia para a produção dos alimentos.

3.4 Aspectos socioambientais relevantes nas CSAs

Quanto aos aspectos socioambientais, neste item, procurou-se identificar como as CSAs impactaram a vida dos agricultores e coagricultores, com relação à saúde e suas relações com a

terra e com a natureza, assim como identificar de que maneira ocorre o estímulo à capacitação, a noção sobre perdas e a gestão de resíduos.

Nesta etapa da pesquisa, ficou evidenciada novamente a melhoria na qualidade de vida dos agricultores, que, ao participarem de uma CSA, conseguem trabalhar de forma mais tranquila e com maior estímulo para inovar, pois não têm mais incertezas sobre a efetivação das vendas. Os agricultores sentem maior segurança financeira para desempenhar suas atividades via CSA e têm satisfação de perceber que estão tendo uma oportunidade de trabalho, antes considerada precária. Além desses aspectos, os agricultores afirmaram que as práticas ecológicas têm trazido melhorias em sua qualidade de vida e se sentem bem por saber que estão consumindo e comercializando alimentos livres de contaminantes, como os agroquímicos.

Sob o ponto de vista dos coagricultores, estes argumentaram que fazer parte de uma CSA possibilita consumir mais produtos orgânicos, com maior frequência, sabendo a origem dos alimentos, além de colaborar com o fortalecimento do movimento e promover estímulo à agricultura familiar.

Observa-se que a maioria dos coagricultores não sabe diferenciar o modo de produção orgânico da agroecologia. Porém, entendem que os produtos consumidos via CSA são orgânicos. Sobre este aspecto, vale destacar que a produção orgânica não utiliza agroquímicos em seu processo produtivo. Ou seja, o sistema orgânico representa um modo de produção que busca a sustentabilidade ambiental, econômica e social. O produto só é orgânico se for certificado. Algumas CSAs produzem conforme os princípios agroecológicos, no entanto, não são produtos certificados ou orgânicos.

Tais resultados se assemelham aos achados de Saltmarsh, Meldrum e Longhurst (2011), que, ao avaliarem as motivações prioritárias dos envolvidos em cerca de 80 iniciativas de CSAs na Inglaterra, observaram que os participantes de uma CSA são motivados principalmente pelo desejo de consumir alimentos produzidos de forma sustentável, o que reflete preocupação com os impactos sociais e ambientais do sistema tradicional.

Destaca-se também a diminuição do desperdício, percebida pelos dois grupos entrevistados (produtores e coagricultores). Com a venda garantida e um melhor planejamento da produção, os produtores afirmaram que não desperdiçam alimentos produzidos, situação apontada principalmente por agricultores que vendiam em feiras livres e via CEASA. Além disso, existe a possibilidade de os coagricultores trocarem os produtos excedentes ou mesmo ocorrer a doação das cestas, caso algum coagricultor não busque sua cesta.

Destacou-se, entre as entrevistas, o posicionamento de um grupo que afirma que a CSA não trata apenas da criação de mais uma forma de comercialização e escoamento de produtos, mas sim de uma ferramenta agregadora de valor aos alimentos e ao trabalho agrícola, além de estimular o que pode ser colocado como contramovimento ao êxodo rural, visto que alguns agricultores saíram da cidade para ir morar no campo, ao adotarem o modelo de CSA.

Pode-se concluir, desta forma, que tais apreensões vão ao encontro da teoria, ao afirmar que as cadeias curtas de alimentos conseguem efetivamente promover a sustentabilidade, reduzindo o desperdício de alimentos, promovendo uma alimentação mais saudável e sustentável (KISS, RUSZKAI; TAKÁCS-GYÖRGY, 2019; AIELLO *et al.*, 2017).

3.5 Aspectos da logística de produção e distribuição das CSAs

O aspecto logístico tem suas análises em torno das respostas obtidas dos produtores referentes a como são feitas as entregas das cestas de alimentos aos coagricultores e de que maneira sua logística de escoamento de produtos foi impactada mediante sua entrada em uma CSA.

Verificou-se que a tarefa de entregar as cestas nos pontos de conveniência recai sobre os agricultores; no entanto, foi relatado que, caso haja alguma dificuldade na entrega, o grupo é comunicado e procura, em conjunto, encontrar uma solução para sanar a indisponibilidade do agricultor. Usualmente os custos para o transporte dos produtos até o ponto de convivência são estimados e incluídos na cota mensal paga pelos coagricultores. Sobre isso, cenários diferentes foram observados nos estudos de Junqueira e Moretti (2018) e Oliveira, Pereira e Calbino (2019). Os pesquisadores, em estudo desenvolvido em âmbito nacional, relataram que, para 56% das CSAs, as entregas das cestas alimentares semanais competem exclusivamente aos produtores; porém, entre os 44% restantes, a função é compartilhada entre produtores e consumidores.

Do ponto de vista do impacto que os produtores perceberam ao participar de uma CSA, destaca-se que alguns relataram ter conseguido adquirir veículos próprios para o transporte das cestas, o que tem contribuído de maneira positiva não só para a otimização e menor desgaste na atividade, mas também no favorecimento da gestão de resíduos, que se tornou mais eficiente, uma vez que recolhem restos de produtos que ocasionalmente se inviabilizam ao longo das entregas das cestas. Somado a isso, existem CSAs que adotam o sistema de recolhimento de resíduos orgânicos provenientes do lixo doméstico, compostos por cascas, folhas e outros, os quais integram as composteiras ou seguem para a alimentação de animais.

Ainda dentro da dimensão logística, buscou-se identificar como os coagricultores escolhem a CSA e como avaliam a composição das cestas de produtos. Constatou-se que eles buscam fazer parte de alguma CSA que se encontre mais próxima de sua residência ou local de trabalho, para não ter que percorrer grandes distâncias com a finalidade única de retirar sua cesta de alimentos. Relataram ainda que estar mais próximo dos pontos de convivência facilita o exercício da dinâmica com a comunidade.

Sobre a composição das cestas, os coagricultores destacaram que alguns produtos são entregues com grande frequência, como as hortaliças folhosas e algumas raízes, como a mandioca e a batata-doce. Destaca-se o interesse em receberem mais Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e a pouca frequência do recebimento de frutas, à exceção da banana.

É importante observar que as CSAs buscam oferecer uma grande gama de produtos aos coagricultores, o que é favorecido pela implantação de sistemas agroflorestais, em que se busca o cultivo diversificado. Mesmo assim, devido ao manejo de produção orgânico, sem a presença de substâncias estimulantes, somado a características fisiológicas de espécies vegetais, com sazonalidade marcante, como a exemplo de solanáceas, como o tomate, quiabo, batata e berinjela, alguns produtos são colhidos apenas em determinada época do ano.

Com relação às frutas, estas são menos encontradas nas cestas dada a dificuldade de produção e o ciclo mais longo, tendo sido priorizadas culturas de ciclos mais curtos.

Alguns dos coagricultores entrevistados ressaltaram que sentiram falta de alguns produtos nas cestas quando ingressaram na CSA, quando comparado ao encontrado nos mercados. Porém, ao longo do tempo, passaram a compreender melhor a forma com que os vegetais se desenvolvem, que certos alimentos possuem sazonalidade marcante e que isso deve ser respeitado.

3.6 Aspectos econômicos observados nas CSAs

A dimensão econômica pretende compreender quais são os canais de comercialização utilizados pelos produtores que atualmente fazem parte das CSAs, como é feita a remuneração por sua atividade e se eles já eram agricultores antes de fazer parte de uma CSA.

Verificou-se que, antes de ingressarem no movimento CSA, os produtores comercializavam seus produtos principalmente em feiras livres. Porém, com a entrada no movimento, a CSA passou a ser o único destino da produção, com poucas exceções de agricultores que ainda fazem feira ou que possuíam relações estabelecidas com mercados. Percebe-se, assim, que, na maioria das vezes, a única fonte de renda dos agricultores, até o momento da coleta de dados, vêm do trabalho com as CSAs, o que demonstra que os agricultores têm conseguido se manter apenas com suas atividades via CSAs, estimulados pela garantia da atividade e geração de renda fixa.

A remuneração paga aos agricultores é estabelecida a partir do pensamento coletivo, em que se leva em consideração o que o agricultor entende ser necessário para seu sustento e de sua família, somado ao consenso de seus coagricultores sobre o que julgam proporcionar à família agricultora uma vida digna. Em média, a remuneração dos agricultores gira em torno de dois, três ou mais salários-mínimos, havendo variação de acordo com o número de coagricultores integrados à comunidade e o número de alimentos disponibilizados na cesta.

A remuneração dos agricultores, somada aos custos de produção dos alimentos, resulta do planejamento feito em grupo, em que se adiciona, em quase todas as CSAs analisadas, uma taxa para a manutenção de imprevistos ao longo do processo produtivo. Todos os custos calculados são rateados entre o número total de cotas de coagricultores, fazendo com que as cotas em uma CSA variem de R\$ 80,00 a até cerca de R\$ 400,00, de acordo com o tipo de cota, se para uma única pessoa ou uma família.

Do ponto de vista dos coagricultores, buscou-se identificar suas percepções com relação aos valores pagos pelas cestas e se o movimento tem criado ou modificado sua visão sobre a importância de se consumir alimentos saudáveis. A grande maioria dos respondentes acha valor pago justo ou competitivo.

De maneira geral, os coagricultores são pessoas da classe média e média alta, que buscam acesso a uma alimentação mais saudável e/ou têm hábitos alimentares alternativos, a exemplo de vegetarianos e veganos. Alguns comentaram que o valor pago para fazer parte de uma CSA pode, por vezes, estar acima do mercado, mas ressaltam ser notória a diferença dos produtos e as vantagens proporcionadas, quando em comparação aos produtos convencionais, tanto em relação à qualidade quanto à durabilidade dos alimentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As CSAs surgiram no Distrito Federal como ferramenta de fortalecimento da economia local rural e periurbana, pois vêm se apresentando como alternativa para a geração de renda de pequenos produtores familiares, os quais têm seu trabalho reconhecido e valorizado com a eliminação dos intermediários na cadeia produtiva. Esta inovadora modalidade de cadeia curta proporciona o contato entre produtores e meios de produção com consumidores finais de forma simplificada.

As CSAs possibilitam novas formas de comercialização e escoamento de produtos, permitindo que diversos fatores sejam empregados para que os produtores consigam se manter

em suas atividades ligadas a terra, com renda garantida e melhor qualidade de vida, pois conseguem planejar a produção e, conseqüentemente, os seus horários, além de perceptíveis mudanças em sua saúde. Destacam-se ainda a redução dos impactos ambientais negativos com o uso de produtos biológicos e a eliminação do desperdício.

Do ponto de vista dos consumidores ou coagricultores, fazer parte de uma CSA possibilita o consumo de mais produtos orgânicos, com maior constância, também com perceptíveis melhorias na qualidade de vida. Além disso, percebe-se que a alimentação adquire um novo sentido, com maior conhecimento sobre o processo produtivo e os novos usos dos produtos, o que pode acontecer via grupos de WhatsApp ou nos pontos de convivência.

Corroborando a literatura existente, a questão econômica não é apontada como o principal motivo para fazer de um consumidor um coagricultor. A motivação está relacionada com a possibilidade de consumir produtos orgânicos com maior frequência e obter ganhos em saúde, ao passo que se tem maior segurança nos alimentos, por saber quem os está produzindo e de que maneira estão sendo produzidos. Soma-se ainda a sensação de pertencimento a um grupo que está contribuindo para a geração de alimentos mais saudáveis e para a fixação do trabalhador rural e sua família no campo. Os coagricultores expressaram que o valor da cota pode ser superior ao custo da compra dos produtos no comércio local (informação não comprovada), mas não demonstraram preocupação com essa questão, pois acreditam que o papel social da CSA e o fato de estar consumindo produtos de melhor qualidade é mais relevante.

Observou-se ainda que estratégias vêm sendo utilizadas por meio da oferta de cursos, rodas de conversa e atividades culturais para atração dos coagricultores na busca de maior adesão às reuniões e colaboração na tomada de decisão e execução das atividades. Os coagricultores reconhecem a necessidade de maior inserção nas atividades de gestão, pois a coesão se faz necessária para fortalecimento das iniciativas e dos grupos.

Um estudo feito por Smith *et al.* (2019) em CSAs americanas mostra que têm crescido as formas de flexibilização nos pagamentos, que podem ser mensais, bimestrais, semestrais, e, até mesmo, ocorrendo situações em que o produtor aceita o trabalho do coagricultor como forma de pagamento, de modo a incluir consumidores de baixa renda nos circuitos. É um novo olhar, pois existem poucas evidências empíricas concretas de que essas cadeias curtas de produção e abastecimento são capazes de colaborar efetivamente para o acesso a alimentos de qualidade pelas populações economicamente menos favorecidas (JUNQUEIRA E MORETTI, 2018). No entanto, é um indício positivo de que as CSAs podem ser um mecanismo de inclusão social e, conseqüentemente, de popularização da produção e do consumo de produtos orgânicos.

REFERÊNCIAS

AIELLO, G.; GIOVINO, I.; VALLONE, M.; CATANIA, P. A multi objective approach to short food supply chain management. *Chemical Engineering Transactions*, Milan, v. 58, p. 313–18, 2017.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

CEMBALO, L.; LOMBARDI, A.; PASCUCCI, S.; DENTONI, D.; MIGLIORI, G.; VERNEAU, F.; SCHIFANI, G. "Rationally local": consumer participation in Alternative Food Chains. *Agribusiness*, New York, v. 31, p. 330–52, 2015.

CHERRIER, H. Ethical consumption practices: co-production of self-expression and social recognition. *Journal of Consumer Behavior*, London, v. 6, p. 321–35, 2007. <https://doi.org/10.1002/cb.224>

COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA BRASIL [CSA BRASIL]. Projetos. *Portal CSA Brasil*, 2022. Disponível em: <http://csabrasil.org>. Acesso: 1º jun. 2023.

COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA BRASÍLIA [CSA BRASÍLIA]. *Comunidades. Portal CSA Brasília*, 2020. Disponível em: <https://csabrasilia.wordpress.com/>. Acesso: 20 set. 2020.

DIEKMANN, M.; THEUVSEN, L. Value structures determining community supported agriculture: insights from Germany. *Agriculture and Human Values*, York, v. 36, p. 733–46 2019. <https://doi.org/10.1007/s10460-019-09950-1>

HARRISON, R.; Newholm, T.; Shaw, D. *The ethical consumer*. London: Sage, 2005.

ECKERT, D. *Mercantilização em contramovimento: relações de reciprocidade e coesão social na agricultura sustentada pela comunidade em Minas Gerais*. 2016. 235f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HAYDEN, J.; BUCK, D. Doing community supported agriculture: tactile space, affect and effects of membership. *Geoforum*, Nottingham, v. 43, p. 332–41, 2012.

ILBERY, B.; MAYE, D. Food supply chains and sustainability: evidence from specialist food producers in the Scottish/English borders. *Land Use Policy*, Netherlands, v. 22, n. 4, 331–44. oct. 2005. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2004.06.002>

JUNQUEIRA, A. H.; MORETTI, S. L. A. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 517–38, 2018.

KISS, K.; RUSZKAI, C.; TAKÁCS-GYÖRGY, K. Examination of Short Supply Chains Based on Circular Economy and Sustainability Aspects. *Resources*, Basel, v. 8, n. 161, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.3390/resources8040161>

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, [s.l.], v. 40, n. 7, p. 424–38, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-9523.00158>. Acesso: 1º jun. 2023.

MARTINS, A. L. B. *Agricultura apoiada pela comunidade ou comunidade apoiada pela agricultura? A relação campo-cidade pela ética da solidariedade*. 2017. 413f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MCFADDEN, S. *Community farms in the 21st century: poised for another wave of growth?* Kutztown, PA: Rodale Institute, 2004. Disponível em: <http://newfarm.rodaleinstitute.org/features/0104/csa-history/part1.shtml>. Acesso: 23 out. 2018.

MELO, A.; CALBINO, D.; FREITAS, A. Contribuições metodológicas para a extensão a partir da implementação do modelo Community-Supported Agriculture no município de Sete Lagoas-MG. *Revista Ciência em Extensão*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 165–76, 2018.

MOLINA, A. A.; SANTOS, W.; FIGUEIREDO, C. V. Métodos de comercialização pela economia associativa – a importância da CSA. In: PASCHOAL, V.; BAPTISTELLA, A. B.; SOUZA, N. S. (Org.). *Nutrição funcional e sustentabilidade: alimentando um mundo saudável*. 1. ed. São Paulo: VP Editora, 2017. 348p.

OLIVEIRA, F. A.; PEREIRA, R. D.; CALBINO, D. Comunidade que Sustenta a Agricultura: a CSA de Belo Horizonte à luz de suas possibilidades e desafios. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 371–93, jun. 2019.

PASCUCCI, S. Governance Structure, Perception and Innovation in Credence Food Transactions: The Role of Food Community Networks. *International European Forum on System Dynamics and Innovation in Food Networks*, Austria, p. 224–36, 2010.

PASCUCCI, S. DENTONI, D., LOMBARDI, A., CEMBALO, L. Sharing values or sharing costs? Understanding consumer participation in alternative food networks. *NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences*, Londres, v. 78, p. 47–60, 2016.

PENEREIRO, F. M.; SILVA, M. E. F. Relato de experiência técnica. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): do preço para o apreço – aprendizagem coletiva na lógica do bem viver. *Cadernos de Agroecologia – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF*, Brasília, v. 13, n. 1, jul. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD]. *Plataforma Agenda 2030*, 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>. Acesso em: 3 jun. 2023.

RENTING, H., MARSDEN, T. K., BANKS, J. (2003). Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning*, Londres, v. 35, n. 3, p. 393–411.

ROEP, D.; WISKERKE, J. On Governance, Embedding and Marketing: reflections on the construction of alternative sustainable food networks. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, Berlim, v. 25, p. 205–21, 2012.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALTMARSH, N., MELDRUM, J., LONGHURST, N. The impact of community supported agriculture: final report. Bristol/Edimburgo: Soil Association, 2011. Disponível em: <https://communitysupportedagriculture.org.uk/wp-content/uploads/2015/03/The-impact-of-community-supported-agriculture.pdf>. Acesso: 03 jun. 2023.

SALVIATI, M. E. *Manual do Aplicativo Iramuteq* (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Planaltina, 2017.

SMITH, D.; WANG, W.; CHASE, L.; ESTRIN, H., KIM, J. Perspectives from the Field: adaptations in CSA models in response to changing times in the U.S. *Sustainability*, Basel, 2019.

TORRES, C. L. *Comunidade que sustenta a agricultura: a reaplicação da tecnologia social a partir dos casos pioneiros em Brasília*. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

Sobre os autores:

Edimar dos Santos de Sousa Junior: Doutorando em Agronomia e mestre em Agronegócios pela Universidade de Brasília (UnB). MBA em Administração em Agronegócios e Biotecnologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduado em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Membro do Grupo de Estudos sobre a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio/GECOMP – UnB. **E-mail:** edagronomojr@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2628-7559>

Ana Maria Resende Junqueira: PhD em Agricultura pela University College of North Wales (UCNW-UK). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios na Universidade de Brasília. **E-mail:** anamaria@unb.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6802-0070>

Maria Júlia Pantoja: Doutora em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na UnB. **E-mail:** jpantoja@unb.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6533-7240>

Rúbia Nara Rinaldi Leão de Sousa: Pós-Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Visitante na Universidade de Brasília (UnB). **E-mail:** rubia.sousa@unb.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1270-4852>